

Prefeitura Municipal de João Ramalho/SP

Concurso Público
Editais N° 01/2025



Advogado

TARDE

PROVA TIPO 1 – BRANCA



CARGO: ADVOGADO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Cuidado com os especialistas da ciência

“Especialistas afirmam que...” “Estudos de *Harvard* apontam que...”

Muitas notícias científicas começam exatamente assim, dando a entender que o conteúdo deve ser verdadeiro, já que ratificado por *experts*.

Tal expediente, o chamado “argumento de autoridade”, com frequência é utilizado como recurso retórico. É um pressuposto poderoso, invocado para oferecer credibilidade. No entanto, ele pode ser facilmente empregado como falácia lógica, quando sustenta um argumento muitas vezes indefensável.

O grande problema aqui, a meu ver, é a forma como a autoridade é estabelecida, e os pilares sobre os quais ela se apoia. Em tempos de *fake news*, não é incomum a popularidade se transformar em reconhecimento, oferecendo uma confiabilidade duvidosa a falsos especialistas.

Essa equivalência entre popularidade e credibilidade pode ocorrer de diversas maneiras. Um famoso astrofísico de *Harvard*, por exemplo, o dr. Avi Loeb, nos últimos anos passou a defender com ardor a possibilidade de nosso planeta ter sido visitado por extraterrestres.

Cientificamente, os argumentos são frágeis. Não conheço nenhum cientista que endosse o que ele diz, muito pelo contrário, ele é ferozmente criticado. Mas o ego inflado pela fama é uma arma poderosa que mune a busca incessante por mais visibilidade. No final, o prestígio da instituição parece calar o debate público, como se um professor de *Harvard* não pudesse estar errado.

Essa distorção chegou a níveis ridículos quando, em 2018, uma equipe de pesquisadores em minha universidade publicou uma notícia sobre a trajetória de um asteroide interplanetário no sistema solar, explicando sua órbita de maneira rigorosa e desmentindo Loeb, que afirmava se tratar de uma nave espacial alienígena. Os comentários no *site* de notícia, no entanto, surpreendentemente atacavam meus colegas, argumentando que cientistas brasileiros não poderiam saber mais que o pesquisador de *Harvard*.

Episódio parecido aconteceu quando o vencedor do prêmio Nobel dr. Luc Montagnier promoveu a ideia de que o vírus da Covid-19 teria sido criado propositalmente em laboratório. Embora criticado por diversos acadêmicos por propagar desinformação, sua fala foi amplamente disseminada por defensores de teorias da conspiração, que nadaram de braçada durante a pandemia. Como um vencedor do Nobel poderia estar errado?

Sinto que, atualmente, casos semelhantes são cada vez mais comuns – e, pior, com a autoridade concedida não apenas a profissionais como professores de *Harvard* e vencedores do prêmio Nobel, mas a influenciadores que transformam os *likes* em capital de credibilidade, como se a fama fosse sinal de conhecimento.

Muitas dessas celebridades das redes extrapolam seu papel legítimo de divulgadores para assumir a posição de autoridade. Sei que a comunicação científica nas mídias sociais é fundamental, e seria ótimo contar com essas parcerias para difundir conhecimento. Minha crítica, porém, se volta à admissão de equivalência entre especialistas e apresentadores, os quais são validados pelos meios de comunicação como autoridades no assunto, espalhando notícias falsas sem que os verdadeiros *experts* sejam consultados.

A grande perdedora nesse cenário é a própria ciência. Quando o público passa a escutar os “falsos profetas”, a própria percepção do que é a ciência sai prejudicada, afastando ainda mais a população do método científico e dificultando a comunicação importantíssima para apoiar o embasamento correto das evidências na formulação de políticas públicas.

A única saída é a educação de base. A sociedade deve compreender como a ciência funciona para identificar as falsas autoridades e outorgar confiabilidade apenas àqueles que a atingiram pelo trabalho rigoroso, ao invés dos atalhos da notoriedade instantânea do mundo das redes sociais.

(GONÇALVES, Thiago. *Cuidado com os especialistas da ciência*. *Jornal Nexo*, 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: agosto de 2025. Adaptado.)

Questão 01

De acordo com o texto, “argumentos de autoridade” falaciosos são capazes de promover:

- A) Difusão de desinformação.
- B) Descredibilização da ciência.
- C) Crença em teorias conspiratórias.
- D) Desestímulo às políticas públicas.



Questão 02

No 1º§, foi simulada a utilização de recurso retórico frequentemente encontrado em textos argumentativos. Esse recurso é conhecido como:

- A) Citação.
- B) Analogia.
- C) Definição.
- D) Refutação.

Questão 03

O título do texto contém uma advertência sobre os possíveis prejuízos causados pelos “especialistas da ciência”, segundo o contexto, no âmbito da:

- A) Premiação científica.
- B) Propagação científica.
- C) Comunidade científica.
- D) Investigação científica.

Questão 04

No final do 8º§, é lançado o seguinte questionamento: “Como um vencedor do Nobel poderia estar errado?”. Trata-se de uma pergunta retórica que:

- A) Estimula conjecturas no autor.
- B) Possibilita múltiplas respostas.
- C) É respondida no próprio texto.
- D) Sintetiza as ideias do parágrafo.

Questão 05

Considerando o contexto, é possível inferir que “[...] ‘falsos profetas’ [...]” (11º§) são:

- A) Fakes news.
- B) Internautas.
- C) Acadêmicos.
- D) Divulgadores.

Questão 06

A expressão idiomática “[...] nadaram de braçada [...]” (8º§), no contexto, foi empregada:

- A) Conotativamente com o sentido de fazer alguma coisa com extrema facilidade.
- B) Literalmente com o sentido de utilizar os braços para deslocar o corpo na água.
- C) Metaforicamente com o sentido de detalhar algo, facilitando sua compreensão.
- D) Denotativamente com o sentido de obter destaque, sucesso e eficiência em algo.

Questão 07

O único advérbio destacado que NÃO foi utilizado como um modalizador de opinião se encontra em:

- A) “[...] muito pelo contrário, ele é ferozmente criticado.” (6º§)
- B) “[...] ele pode ser facilmente empregado como falácia lógica, [...]” (3º§)
- C) “[...] atualmente, casos semelhantes são cada vez mais comuns [...]” (9º§)
- D) “[...] comentários (...) surpreendentemente atacavam meus colegas, [...]” (7º§)

Questão 08

No 12º§, o pronomes “a”, empregado como elemento coesivo anafórico, recupera o termo:

- A) “ciência”.
- B) “educação”.
- C) “sociedade”.
- D) “confiabilidade”.



Questão 09

A expressão destacada só NÃO exerce função sintática de agente da passiva em:

- A) “[...] ter sido visitado por extraterrestres.” (5º§)
- B) “[...] busca incessante por mais visibilidade.” (6º§)
- C) “[...] amplamente disseminada por defensores [...]” (8º§)
- D) “[...] são validados pelos meios de comunicação [...]” (10º§)

Questão 10

Na passagem “[...] afirmava se tratar de uma nave espacial [...]” (7º§), serão infringidos a correção gramatical e os preceitos da regência padrão se a expressão destacado for substituída por:

- A) Referir-se à.
- B) Versar sobre.
- C) Dizer respeito a.
- D) Ter relação com.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

O neoconstitucionalismo tem como uma de suas marcas a concretização das prestações materiais prometidas pela sociedade, servindo como ferramenta para a implantação de um Estado Democrático Social de Direito.

(AGRA, Walber de Moura. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.)

Assinale a alternativa que aponta corretamente os elementos que caracterizam o neoconstitucionalismo.

- A) Seu marco filosófico é o positivismo jurídico.
- B) Apoiar-se na teoria da força normativa da Constituição.
- C) Conferir centralidade aos princípios, reconhecendo-lhes peso sempre superior às regras.
- D) Reduzir a relevância do Poder Judiciário, atribuindo-lhe função secundária em comparação com os demais Poderes estatais.

Questão 12

Acerca da concepção doutrinária do poder constituinte difuso, assinale a afirmativa correta.

- A) É denominado também de poder derivado revisor.
- B) Promove alteração formal no texto da Constituição.
- C) Busca a sua fonte de validade na cidadania universal.
- D) É fundamento para os mecanismos de atuação da mutação constitucional.

Questão 13

O Procurador-Geral de Justiça do Estado Beta ingressou com ação pedindo a intervenção estadual no município Gama. O pedido visava à nomeação de interventor para substituir o prefeito daquele município na administração da saúde pública, sob o argumento de que o município estaria violando princípios constitucionais sensíveis, como os direitos da pessoa humana. A Procuradoria-Geral do Município contestou, sustentando que a Constituição do Estado Beta não contém um rol de princípios constitucionais sensíveis. Considerando a situação hipotética, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) Em intervenção estadual, em qualquer caso, deverá ser nomeado interventor a fim de substituir o gestor municipal.
- B) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.
- C) Se julgada procedente a intervenção pelo Tribunal de Justiça do Estado Beta, o decreto interventivo deverá ser apreciado pela Assembleia Legislativa.
- D) É desnecessária a reprodução expressa do rol taxativo de princípios constitucionais sensíveis da Constituição Federal nas Constituições Estaduais para se viabilizar a intervenção do Estado em seus municípios.



Questão 14

À luz da disciplina constitucional do direito de reunião e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A liberdade de manifestação do pensamento é limitada, por isso não contempla, por exemplo, a defesa da liberação do uso de drogas ilícitas.
- B) É constitucional norma estadual que proíba a participação de policiais militares e civis em manifestações dessa espécie, em que há apreço ou despreço a quaisquer autoridades, ou contra atos da Administração Pública em geral.
- C) A norma constitucional que assegura a liberdade de reunião possui eficácia limitada, podendo ser restringida ou suspensa durante os períodos de estado de defesa ou de estado de sítio, nos termos previstos pela própria Constituição.
- D) Para satisfazer a exigência constitucional de prévio aviso relativamente ao direito de reunião, o grupo interessado em realizar manifestação em local público não deverá apenas divulgar o ato nas redes sociais, mas, também, notificar, formalmente, o poder público.

Questão 15

A União firmou contrato com um organismo internacional para fornecimento de equipamentos hospitalares destinados ao combate a surtos epidêmicos no território nacional. Contudo, o organismo internacional não cumpriu integralmente as cláusulas contratuais, o que levou a União a ingressar em juízo, buscando a reparação dos prejuízos. Considerando a situação hipotética, quanto à competência, é correto afirmar que:

- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a demanda.
- B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar a demanda.
- C) Compete ao Juízo Federal de 1ª instância processar e julgar a demanda.
- D) O Poder Judiciário brasileiro não possui competência para julgar esse tipo de demanda.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 16

Um candidato interessado em áreas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural se dedica ao estudo do tombamento – um instrumento legal utilizado para preservar bens de valor histórico, artístico, arquitetônico ou ambiental. Nesse contexto, acerca do regime jurídico do tombamento no Brasil, em especial seu regramento contido no Decreto-Lei nº 25/1937, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.
- B) A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da lei do tombamento.
- C) Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nessa ordem, o direito de preferência.
- D) O tombamento dos bens será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Questão 17

Em relação à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e suas decisões relacionadas a licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. É irregular a utilização, pelo órgão gerenciador, do sistema de registro de preços para realização de contratação única e integral do objeto registrado, ocasionando a extinção da ata na primeira contratação, por afronta aos princípios da razoabilidade e da finalidade.
- II. Na licitação, que tem como critério de julgamento das propostas o maior desconto, é regular a previsão, no edital, de desconto máximo a ser ofertado pelo licitante.
- III. Nas licitações de serviços advocatícios, é irregular a exigência, na fase de habilitação, de localização específica do escritório de advocacia sem a demonstração de que tal medida seja imprescindível à adequada execução do objeto licitado, devido ao potencial de restringir o caráter competitivo da licitação e afetar a economicidade do contrato.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 18

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, representa uma reformulação no regime jurídico das contratações públicas no Brasil. O conhecimento do atual regime de contratação pública é essencial para compreender e viabilizar a adequada atuação da Administração Pública. No tocante às regras sobre compras constantes na Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados, entre outros aspectos, o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
- II. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida, entre outros meios, por declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto.
- III. O processo de padronização de compras deverá conter, entre outros elementos, o parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 19

João é um candidato que se prepara para concursos públicos na área administrativa e jurídica, com especial interesse na organização e gestão dos entes federativos. Ao estudar sobre formas de cooperação entre os entes da Federação, João se depara com o tema dos consórcios públicos e contratos de programa, disciplinados pela Lei nº 11.107/2005 e regulamentada pelo Decreto nº 6.017/2007. Assim, em relação ao regramento acerca dos consórcios públicos e dos contratos de programa, está correto o que se afirma em, EXCETO:

- A) É nula a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
- B) O contrato de programa perderá sua vigência quando extinto o contrato de consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.
- C) Caso previsto no contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação entre entes federados, admitir-se-á a celebração de contrato de programa de ente da Federação ou de consórcio público com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista.
- D) Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações contraídas por ente da Federação, inclusive entidades de sua administração indireta, que tenham por objeto a prestação de serviços por meio de gestão associada ou a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Questão 20

Marina, candidata a concursos na área jurídica e de controle da Administração Pública, está se aprofundando no estudo da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente nas mudanças introduzidas pela Lei nº 13.655/2018. Ela percebe que as alterações buscaram tornar a atuação da administração, dos tribunais de contas e do Poder Judiciário mais segura, previsível e responsável, principalmente no tocante à análise de atos administrativos e de políticas públicas. Com base nas alterações promovidas na LINDB e sua regulamentação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A análise da regularidade da decisão não poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da Administração Pública no exercício de suas atribuições e competências, inclusive quanto à definição de políticas públicas. Além disso, a atuação de órgãos de controle privilegiará ações de prevenção antes de processos sancionadores.
- II. A responsabilização pela opinião técnica se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir, somente se afastando se o decisor agir com dolo ou erro grosseiro.
- III. A eventual estimativa de prejuízo causado ao erário não poderá ser considerada isolada e exclusivamente como motivação para se concluir pela irregularidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 21

Durante uma ação de cobrança promovida por um munícipe contra determinado município brasileiro, o procurador municipal manifesta interesse em firmar acordo, propondo o pagamento parcelado da dívida, com redução de juros e multa. O magistrado questiona a legalidade da proposta, alegando que a Fazenda Pública estaria impedida de transigir em juízo por falta de norma específica autorizadora. Com base no Código de Processo Civil (CPC), na jurisprudência dos tribunais superiores e na legislação pertinente, assinale a afirmativa correta.

- A) A Fazenda Pública está absolutamente impedida de realizar transações judiciais, salvo nas hipóteses expressamente previstas no CPC.
- B) A transação judicial, no caso específico, é sempre vedada quando envolve créditos inscritos em dívida ativa, ainda que a lei local autorize.
- C) A Fazenda Pública pode realizar transações judiciais livremente, desde que obtenha autorização prévia do chefe do Executivo local, independentemente de previsão legal específica.
- D) A possibilidade de transação pela Fazenda Pública depende de autorização legislativa específica e expressa, devendo respeitar os princípios da indisponibilidade do interesse público e da legalidade.

Questão 22

A respeito da relativização da coisa julgada no processo civil brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A coisa julgada material é absolutamente imutável e inexorável, salvo no prazo da ação rescisória.
- II. A doutrina admite a relativização, notadamente nas hipóteses de fraude, prova nova, erro de fato ou decisão inconstitucional superveniente.
- III. O Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a possibilidade de relativização da coisa julgada, com eficácia *ex nunc*, especialmente em relações jurídicas permanentes ou de trato continuado afetadas por precedentes vinculantes.
- IV. A relativização da coisa julgada em matéria tributária é simples, rotineira e dispensada de justificativas extraordinárias.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 23

Determinado município brasileiro entende que certa Lei Estadual recentemente aprovada e em vigor é prejudicial a seus interesses. Feita uma avaliação da legislação, a assessoria jurídica analisa as hipóteses de utilizar mecanismos de controle concentrado de constitucionalidade, diretamente perante o Supremo Tribunal Federal (STF), para questionar a conformidade da norma legal em questão. Considerando as regras legais aplicáveis, sobre o município postular as ações diretamente ao STF, assinale a afirmativa correta.

- A) Pode propor ADPF e não ADI e ADC, desde que demonstre a existência de relevante controvérsia constitucional.
- B) Possui legitimidade para ajuizar ADI e ADC, desde que demonstre pertinência temática e interesse jurídico específico.
- C) Não possui legitimidade para propor ADI, ADC ou ADPF perante o STF, não existindo tal previsão em qualquer texto legal.
- D) Pode propor ADI e ADPF e não ADC, uma vez que a legitimidade para ADC é exclusiva do Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados e Procurador-Geral da República.

Questão 24

No curso de ação judicial, em que certo município é Réu, foi proferida sentença que condenou a Administração Pública a realizar determinada obra (obrigação de fazer) e a se abster de continuar a realização de outra obra (obrigação de não fazer). Transitada em julgado tal decisão, o município permaneceu inerte, descumprindo ambas as decisões. Levando em conta as normas processuais legais, no que tange à execução das obrigações, é correto afirmar que:

- A) O juiz poderá aplicar multa diária (astreintes) contra a Fazenda Pública pelo descumprimento das obrigações, desde que garantidos o contraditório e, em tese, a razoabilidade do valor.
- B) O juiz deve necessariamente converter a obrigação de fazer em perdas e danos, uma vez que por força de norma legal, a Fazenda Pública não pode sofrer medidas de sub-rogação ou coerção.
- C) A execução contra a Fazenda Pública deve observar o regime dos precatórios, inclusive para cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, sempre que implicar em qualquer custo aos cofres públicos.
- D) O cumprimento de sentença que impõe obrigação de fazer ou não fazer contra a Fazenda Pública, caso implique qualquer custo aos cofres públicos, exige a prévia oitiva ao Tribunal de Contas respectivo, sob pena de nulidade do processo executivo.



DIREITO CIVIL

Questão 25

Bruno, proprietário de um imóvel urbano, firmou com sua vizinha, Sílvia, um contrato particular pelo qual autorizava, em caráter precário, a construção de um portão de acesso lateral que invadia levemente sua propriedade, permitindo a ela passagem facilitada para fins logísticos. Embora o contrato não previsse qualquer direito real, a estrutura foi utilizada sem objeções por Bruno durante oito anos. Nesse período, ele participou da manutenção do acesso e, por algumas vezes, inclusive facilitou obras de ampliação da passagem. Em 2024, após o rompimento das relações entre os vizinhos, Bruno ajuizou ação exigindo a retirada imediata do portão e a reconstrução da parede divisória, alegando a precariedade do uso e a inexistência de direito de servidão. Tendo em vista o caso hipotético e, ainda, com base na jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aplicação da boa-fé objetiva e da teoria dos atos próprios nas relações privadas, assinale a afirmativa correta.

- A) Como se trata de relação entre particulares, não se aplica a teoria dos atos próprios, pois esta é limitada às hipóteses de relações contratuais estritas e comutativas.
- B) A ausência de cláusula expressa de irrevogabilidade impede o reconhecimento de qualquer limitação ao direito de Bruno sobre o seu imóvel, mesmo diante de prolongada omissão.
- C) A tolerância prolongada de Bruno, aliada a condutas positivas que reforçaram o uso pela vizinha, pode configurar quebra da boa-fé objetiva, impedindo o exercício contraditório de sua posição jurídica.
- D) O exercício do direito de propriedade prevalece sobre qualquer tolerância informal anterior, razão pela qual Bruno poderá exigir a remoção do portão a qualquer tempo, independentemente de sua conduta pretérita.

Questão 26

Durante a execução de um contrato de compra e venda de um imóvel urbano firmado entre Renato e a incorporadora Nova Vértice S/A, o comprador quitou quarenta e seis das quarenta e oito parcelas mensais pactuadas, tendo pago mais de noventa e cinco por cento do valor total ajustado. A incorporadora, ao verificar o inadimplemento das duas últimas prestações, ingressou judicialmente com ação de resolução contratual com reintegração imediata na posse do imóvel, sustentando a existência de mora relevante e a impossibilidade de manutenção do vínculo contratual. Considerando o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a matéria, qual tese ou teoria jurídica poderia ser suscitada por Renato como fundamento de defesa para evitar a resolução do contrato e a perda do imóvel?

- A) A tese da novação tácita, que considera extintas as obrigações anteriores diante da continuidade da relação contratual com inadimplemento parcial.
- B) A exceção do contrato não cumprido, pois a incorporadora não poderia exigir o cumprimento integral sem antes quitar as suas obrigações acessórias.
- C) A teoria da imprevisão, dado que o inadimplemento das parcelas finais se presume decorrente de alteração imprevista das condições econômicas do comprador.
- D) A teoria do adimplemento substancial, segundo a qual o cumprimento majoritário da obrigação impede a resolução contratual, autorizando apenas a cobrança do saldo remanescente.

Questão 27

Carlos e Eduardo passaram a explorar atividade empresarial no ramo de material elétrico, firmando contratos com fornecedores e realizando operações comerciais em nome da sociedade. No entanto, o contrato social firmado entre ambos nunca foi levado a registro na Junta Comercial. Com base nas disposições do Código Civil sobre as sociedades não personificadas, assinale a afirmativa correta.

- A) O pacto entre os sócios que limita os poderes de gestão é sempre eficaz perante terceiros, mesmo que estes não o conheçam.
- B) A existência da sociedade, mesmo sem registro, só pode ser provada por terceiros mediante documento escrito ou contrato formal.
- C) Os bens sociais não formam um patrimônio autônomo, respondendo os sócios com seus próprios bens desde o início da atividade.
- D) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, a sociedade será regida pelas normas da sociedade em comum, observando-se, subsidiariamente e no que compatíveis, as disposições da sociedade simples.



Questão 28

Durante a negociação de compra e venda de um imóvel, Carlos, de forma intencional, ocultou de Mariana defeitos estruturais graves na construção, utilizando informações falsas e omissões relevantes para induzi-la a celebrar o contrato em condições desfavoráveis. Mariana, acreditando na boa-fé de Carlos, firmou o contrato, mas, ao descobrir os vícios ocultos, buscou a anulação do negócio jurídico. Considerando o Código Civil e a doutrina dominante, assinale a alternativa que identifica corretamente o vício que afeta a validade do contrato celebrado entre Mariana e Carlos.

- A) Coação, visto que Mariana foi ameaçada para aceitar o contrato.
- B) Erro substancial, pois Mariana teve uma falsa percepção sobre o estado do imóvel.
- C) Estado de perigo, porque Mariana celebrou o contrato sob grave risco de perder oportunidade irreparável.
- D) Dolo, uma vez que Carlos agiu com intenção de enganar Mariana, omitindo fatos relevantes para obter vantagem no contrato.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 29

Leandro trabalha como técnico em informática na prefeitura municipal do município Z, contratado pelo regime celetista. Ele cumpre jornada de quarenta horas semanais e, eventualmente, trabalha além do horário normal para atender às demandas urgentes. Leandro questiona se tem direito a horas extras, considerando que trabalha para o poder público. Sobre a jornada de trabalho e horas extras do empregado celetista municipal, é correto afirmar que Leandro:

- A) Tem direito a horas extras apenas se expressamente previsto no edital do concurso público.
- B) Tem direito a horas extras conforme as regras da CLT, pois está sujeito integralmente ao regime trabalhista.
- C) Tem direito apenas à compensação de horário, não a pagamento de horas extras, conforme regime especial do serviço público.
- D) Não tem direito a horas extras, pois servidores públicos estão sujeitos ao regime de dedicação exclusiva, incompatível com sobrejornada.

Questão 30

O empregado público celetista de uma empresa pública municipal, que trabalha como advogado, foi designado para atuar em um processo judicial que envolvia interesses particulares de um diretor da empresa, sem qualquer relação com as atividades institucionais da pessoa jurídica. O empregado se recusou a atuar no caso, alegando que a designação desvirtuava suas atribuições e que a atuação em causa própria de um diretor configuraria desvio de finalidade e conflito de interesses. A empresa, por sua vez, aplicou-lhe uma advertência por insubordinação. Com base na legislação e nos princípios trabalhistas e administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) O empregado público celetista não pode se recusar a cumprir ordens de seus superiores, mesmo que ilegais, sob pena de configurar insubordinação e justa causa, pois a ele se aplica o regime da CLT.
- B) O empregado, por ser advogado, está sujeito ao Código de Ética da OAB, que o obriga a atuar em qualquer causa que lhe seja designada pelo empregador, independentemente de conflito de interesses.
- C) A recusa do empregado em atuar no caso configura insubordinação, pois o poder diretivo do empregador é amplo e abrange a designação de tarefas, mesmo que não diretamente relacionadas às atividades institucionais da empresa.
- D) A designação para atuar em processo judicial de interesse particular de diretor, sem relação com as atividades institucionais da empresa pública, configura desvio de finalidade e conflito de interesses, sendo a recusa do empregado legítima e não passível de punição.

Questão 31

Sobre as diferenças entre empregado celetista municipal e servidor estatutário municipal, considerando os aspectos jurídicos, direitos e deveres, analise as afirmativas a seguir.

- I. O empregado celetista municipal não possui estabilidade constitucional, enquanto o servidor estatutário adquire estabilidade após três anos.
- II. Ambos devem ser aprovados em concurso público para ingresso no serviço público municipal.
- III. O empregado celetista está sujeito ao regime da CLT, enquanto o servidor estatutário se sujeita ao estatuto municipal.
- IV. Apenas o servidor estatutário está sujeito aos princípios da Administração Pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.



Questão 32

Luciana trabalha como psicóloga na prefeitura municipal de sua cidade, contratada pelo regime celetista. Ao engravidar, ela questionou sobre seus direitos durante a gestação e após o parto. Considerando os direitos da empregada celetista municipal gestante, é correto afirmar que Luciana:

- A) Tem direito apenas à licença-maternidade de noventa dias, pois trabalha para o poder público.
- B) Tem os mesmos direitos das servidoras estatutárias, incluindo licença-maternidade de cento e oitenta dias.
- C) Tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, mas não possui estabilidade provisória, podendo ser dispensada durante a gestação.
- D) Tem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 33

João, 50 anos, trabalhando como empregado há vinte anos em uma indústria têxtil, faleceu há setenta dias, em circunstâncias ainda sob investigação por parte da Polícia Civil. João era casado há seis meses com Maria, tendo deixado três filhos de casamento anterior, sendo: Pedro, com 15 anos de idade; Enzo, com 10 anos de idade; e Eduardo, com 20 anos de idade. Há suspeitas de que Eduardo tenha cometido homicídio contra o pai. Eduardo alega que Maria cometeu o crime e que formalizou o casamento apenas para receber o benefício previdenciário. A respeito da pensão por morte, no caso hipotético citado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na forma do art. 74 da Lei nº 8.213/1991, Eduardo somente perderá o direito à pensão por morte, caso seja condenado criminalmente, por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado. No caso, se formulado o requerimento de pensão por morte antes de noventa dias da morte de João, o benefício será devido desde a data do óbito.
- II. Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, dentro do prazo decadencial de cinco anos, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- III. No caso de Pedro e Enzo, por se tratar de filhos com idade inferior a 16 anos, a pensão por morte será devida a contar da data do óbito, independentemente da data do requerimento.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 34

A Lei nº 8.742/1993 – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, tem sofrido diversas alterações legislativas e relevantes interpretações jurisprudenciais, especialmente no que diz respeito aos requisitos para a concessão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BAPC) e a criação de novos instrumentos de inclusão, como o auxílio-inclusão. Considerando as disposições mais recentes da LOAS e o entendimento consolidado sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O auxílio-inclusão, criado pela Lei nº 14.176/2021, destina-se prioritariamente a pessoas com deficiência que nunca foram beneficiárias do BAPC, com o intuito de facilitar seu ingresso no mercado de trabalho, desde que a renda obtida com a atividade remunerada não ultrapasse o valor de um salário-mínimo.
- B) O critério de renda familiar mensal *per capita* para acesso ao BAPC, estabelecido em um quarto do salário-mínimo, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sua totalidade, sendo que a Lei nº 14.176/2021 fixou um novo limite mínimo de meio salário-mínimo, não havendo mais espaço para flexibilização por outros elementos probatórios.
- C) No cálculo da renda familiar *per capita* para fins de BAPC, devem ser computados os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário e de indenização por danos decorrentes de rompimento de barragens, bem como o BAPC já concedido a qualquer outro idoso ou pessoa com deficiência membro da família, em observância ao princípio da universalidade.
- D) A Lei nº 14.176/2021 prevê a possibilidade de ampliação do limite de renda familiar mensal *per capita* para fins de BAPC para até meio salário-mínimo, sendo que, para tanto, o regulamento poderá considerar aspectos como o grau da deficiência, a dependência de terceiros para atividades básicas da vida diária e o comprometimento do orçamento familiar com gastos específicos de saúde ou necessidades não cobertas pelo SUS ou SUAS.



Questão 35

José, no ano de 2025, ao completar 65 anos de idade e quinze anos de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social como empregado de uma loja de calçados, compareceu a uma agência do INSS para requerer a concessão de aposentadoria por idade, sendo informado que tal benefício foi abolido pela Emenda Constitucional nº 103/2019. Questionando quais os atuais requisitos para a obtenção de aposentadoria, a informação correta a ser repassada a José é:

- A) A idade e o tempo de contribuição serão apurados em anos para o cálculo do somatório de pontos previstos na Emenda Constitucional nº 103/2019.
- B) Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, fica assegurado o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) trinta anos de contribuição, se mulher, e trinta e cinco anos de contribuição, se homem; e b) somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a oitenta e cinco pontos, se mulher, e noventa e cinco pontos, se homem, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2021, a pontuação do item “b” será acrescida a cada ano de um ponto, até atingir o limite de cem pontos, se mulher, e de cento e cinco pontos, se homem.
- C) Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, fica assegurado o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) trinta anos de contribuição, se mulher, e trinta e cinco anos de contribuição, se homem; e b) somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a oitenta e seis pontos, se mulher, e noventa e seis pontos, se homem, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação do item “b” será acrescida a cada ano de um ponto, até atingir o limite de cem pontos, se mulher, e de cento e cinco pontos, se homem.
- D) Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, que na referida data contar com mais de vinte e seis anos de contribuição, se mulher, e trinta e um anos de contribuição, se homem, fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) vinte e oito anos de contribuição, se mulher, e trinta e três anos de contribuição, se homem; e b) cumprimento de período adicional correspondente a cinquenta por cento do tempo que, na data de entrada em vigor Emenda Constitucional nº 103/2019, faltaria para atingir vinte e oito anos de contribuição, se mulher, e trinta e três anos de contribuição, se homem.

Questão 36

Acerca do custeio da seguridade social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- II. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- III. O art. 195 da Constituição Federal dispõe que a seguridade social será financiada mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em razão disso, pode-se afirmar que o modelo de financiamento da seguridade social no Brasil se baseia no sistema não contributivo.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Questão 37

De acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964, serão previamente autorizados por Lei e abertos por decreto executivo os créditos adicionais:

- A) Suplementares e especiais, apenas.
- B) Especiais e extraordinários, apenas.
- C) Suplementares e extraordinários, apenas.
- D) Suplementares, especiais e extraordinários.



Questão 38

No ano de 2024, Antônio, prefeito do município Beta, encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei prevendo a concessão de isenções fiscais a microempreendedores locais, como medida de fomento à recuperação econômica da cidade. A proposta foi aprovada e sancionada no primeiro semestre do último ano da legislatura. Entretanto, a Lei Orgânica do Município Beta contém disposição que veda, de forma genérica, a concessão de isenções, anistias, remissões, benefícios ou incentivos fiscais no último ano de cada legislatura, exceto nos casos de calamidade pública devidamente reconhecida por ato formal, hipótese que não se verifica na situação descrita. Diante do cenário, o prefeito consultou o advogado do município para obter parecer jurídico quanto à constitucionalidade da norma proibitiva de renúncia de receita constante da Lei Orgânica. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o parecer jurídico solicitado deverá consignar que a norma da Lei Orgânica é:

- A) Inconstitucional, por usurpar a competência da União para legislar sobre normas gerais de direito financeiro e tributário, em violação ao pacto federativo e à autonomia municipal.
- B) Constitucional, em razão de seu caráter institucional e do *quórum* qualificado exigido para sua aprovação; contudo, caso o mesmo conteúdo estivesse previsto apenas em lei ordinária municipal, incorreria em inconstitucionalidade.
- C) Constitucional, ainda que estabeleça vedação para todo o último ano da legislatura, por dar efetividade aos princípios da moralidade e da impessoalidade na Administração Pública, além de coibir práticas abusivas em contexto eleitoral.
- D) Inconstitucional, pois estabelece restrição ampla e desproporcional ao vedar concessões durante todo o último ano da legislatura; porém, se a limitação estivesse restrita apenas ao segundo semestre do referido período, como medida de controle em contexto eleitoral, seria compatível com a Constituição.

Questão 39

Bruno ajuizou ação contra o município Alfa e obteve sentença condenatória para pagamento de valores atualizados pela Taxa Referencial (TR). Foi expedido precatório com base nesse índice e, antes do pagamento, entrou em vigor norma que determinou a aplicação do IPCA-E para correção monetária de débitos judiciais. Após o pagamento do precatório, ele solicitou judicialmente a complementação do valor depositado, alegando que a substituição do índice gera montante superior ao pago com base na TR. Considerando o caso hipotético e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre precatórios, o pedido de Bruno deverá ser:

- A) Rejeitado, pois é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago em qualquer hipótese.
- B) Rejeitado, visto que é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, salvo nas hipóteses de erro material ou inexatidão aritmética.
- C) Acolhido, uma vez que é vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, salvo nas hipóteses de erro material, inexatidão aritmética ou substituição de índices aplicáveis por força de alteração normativa.
- D) Acolhido, porque é admitida a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago em qualquer hipótese, independentemente da origem da diferença verificada, desde que constatado valor inferior ao devido ao credor no momento do pagamento.

Questão 40

No que diz respeito à destinação de recursos públicos para o setor privado, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é INCORRETO afirmar que:

- A) Na concessão de crédito por ente da Federação à pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão necessariamente superiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- B) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
- C) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou *déficits* de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- D) Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e as composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos com encargos financeiros, comissões e despesas congêneres inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.



ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a aplicação, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A prova terá duração de três horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como o preenchimento do Cartão de Respostas (gabarito).
5. O caderno de provas é composto por trinta questões para os cargos de nível fundamental; e quarenta questões para os cargos de nível médio e nível superior.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) devidamente assinado no local indicado.
7. Ao receber o material, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos previstos para o término da aplicação.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.